



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 18/2/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta o art. 244 - A ao texto da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2013, do governador do Estado e outros, que altera o § 5º do art. 14 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado e outros, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.810/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 116/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 11 de outubro de 2013.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 904/2011, do deputado Duarte Bechir, que institui, no Estado de Minas Gerais, o Programa Vida Nova e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.714/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no âmbito do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.331/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.429/2013, do governador do Estado, que institui a Política de Saúde Ocupacional do Servidor Público, no âmbito das administrações públicas direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.979 a 6.984/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 6.985 a 6.988, 6.990 a 7.033 e 7.035/2014, do deputado Cabo Júlio; 7.046 e 7.047/2014, do deputado Anselmo José Domingos; 7.064/2014, do deputado Ivair Nogueira; 7.081 a 7.085/2014, do deputado Cabo Júlio; 7.086/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 7.087 e 7.088/2014, do deputado Cabo Júlio; 7.091 e 7.100/2014, do deputado Sargento Rodrigues; e 7.101 a 7.104/2014, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 59/2014, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 2.855/2012, da deputada Liza Prado; 533/2011, do deputado Sargento Rodrigues; 1.786/2011, do deputado Leonardo Moreira; 3.627/2012, da deputada Liza Prado; 3.825/2013, do deputado Tadeu Martins Leite; 3.923/2013, do deputado Fred Costa; 3.984/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 4.032/2013, do deputado Cabo Júlio; 4.060/2013, do deputado Arlen Santiago; 4.096/2013, do deputado Doutor Wilson Batista; 4.219/2013, do deputado Pompílio Canavez; 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.690/2013, do deputado Paulo Lamac; 4.786/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 4.820/2013, do Deputado Braulio Braz; e 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.051/2012, do deputado Tiago Ulisses; 4.560/2013, do deputado Dinis Pinheiro; 4.799/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.803/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.811/2013, do deputado Juarez Távora; 4.814/2013, do deputado Paulo Guedes; e 4.838/2014, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de balanço sobre o andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.866/2013, do deputado Cabo Júlio; 6.932/2013, do deputado Leonardo Moreira; 7.038/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; 7.039 e 7.040/2014, do deputado Anselmo José Domingos; 7.055 e 7.056/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 7.065/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.746/2013, do deputado João Vítor Xavier, e 4.775/2013, do deputado Gilberto Abramo. Requerimento nº 6.947/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.730 e 6.779/2013, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o tráfico de pessoas nos municípios mineiros durante a Copa do Mundo de 2014.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 18/2/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.130 e 6.256/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA TELEFONIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/2/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final da comissão.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/2/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 11/2/2014**

O deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, quero saudar V. Exa., todos os colegas deputados e deputadas, os profissionais da imprensa que cobrem os nossos trabalhos, os servidores da Casa, e, de uma forma muito especial, os que, de suas casas e de seus ambientes de trabalho, acompanham a reunião da Assembleia nesta tarde.

Sr. Presidente, o que nos traz a esta tribuna é um fato que já tomou conta dos noticiários, desde a semana passada, e, de uma forma mais contundente, de ontem para hoje: a morte do Santiago Ilídio Andrade, jornalista da Rede Bandeirantes, que lamentavelmente faleceu, em virtude daquele artefato que atingiu sua cabeça.

Presidente, creio que a morte do Santiago, como bem disse sua viúva, não pode passar em branco. E fico feliz ao ver o corporativismo do bem de toda a imprensa, ao fazer a manifestação de ontem e se fechar em torno de uma cobrança de providências mais contundente em relação à baderna em que têm se tornado esses movimentos, com a infiltração de verdadeiros bandidos. Um oficial da Polícia Militar foi terrivelmente agredido em São Paulo, mas não houve a mesma repercussão. Outros mais foram agredidos no País, morreram nas manifestações, e empresários perderam seus negócios, mas não houve a mesma repercussão. Lamentavelmente, Doutor Wilson Batista, foi preciso que um jornalista morresse para que se percebesse que estamos diante do insuportável.

Deputado Durval Ângelo, creio que V. Exa., que conduz tão bem a Comissão de Direitos Humanos, deverá concordar comigo. Alguns poderão até não entender, mas penso que esses integrantes do movimento chamado *black bloc* devem ser enquadrados na mesma condição do PCC e do Comando Vermelho. É uma organização criminoso infiltrada, que se usa da democracia para desestabilizar o nosso país, para desorganizar a nossa democracia. Isso é inaceitável.

Quero crer que, a partir desse movimento da imprensa, as nossas autoridades maiores no País haverão de tomar uma iniciativa de enquadrar participantes desse movimento *black bloc* como criminosos infiltrados, que deverá sofrer duras penas. Porque é muito fácil esconder o rosto, ir para o meio da multidão, agredir as pessoas e destruir os patrimônios público e privado. É muito fácil mascarado fazer isso; e só coloca uma máscara, deputado Marques Abreu, quem realmente está disposto a fazer parte de um grupo bandido que tem invadido os movimentos que democraticamente têm reivindicado os seus direitos.

Quem acompanhou as reportagens de ontem viu jovens dizendo que não irão mais para as ruas porque não é isso que querem, porque esse pessoal não os representa. Uma mãe disse que não deixa mais seu filho fazer manifestações. Aquelas cenas de crianças com a bandeira do Brasil não poderão mais ser vistas enquanto o chamado *black bloc* não for definido neste país como grupo criminoso. Do contrário, seremos, lamentavelmente, protagonistas de cenas absurdas que não vimos em nenhuma outra parte do mundo até agora. Estamos vivendo uma situação em que o nosso direito está totalmente ameaçado, assim como um dos principais direitos que temos, o da liberdade de ir e vir.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado pastor Vanderlei Miranda, parabeno seu discurso, que é feito em boa hora. Gostaria rapidamente de pontuar algumas questões. Terminei recentemente a leitura do livro da vida de Sobral Pinto: *Sobral Pinto, a consciência do Brasil*. Acompanhei os 50 anos do século passado sobre os quais o livro discorre, do século XX. É interessante a postura de Sobral Pinto. Um católico conservador, anticomunista, anti-qualquer tipo de violência, mas que tinha a bandeira dos direitos humanos como algo muito firme e radical, tanto que defendeu gratuitamente lideranças comunistas, como Luís Carlos Prestes, e lideranças integralistas. Ele defendeu os participantes do movimento tenentista de 1922, sob a égide maior da defesa dos direitos humanos. Ele defendia, mesmo sendo um católico anticomunista, a legalização do partido comunista, dizendo que todas as ideias deveriam vir à baila para serem discutidas abertamente pela sociedade. Sobral Pinto era radicalmente contra o anonimato, como usar máscaras numa manifestação. Ele era contra qualquer tipo de violência, fosse por parte de um agente do Estado, fosse por parte de um agente comum, de um cidadão. Entendia a violência como um mal absoluto.

Lembro-lhes que, infelizmente, também tivemos três mortes em Belo Horizonte, sendo duas delas de operários. É bom que se diga que dois operários morreram e não tiveram esse mesmo destaque.



Espero a presença do senhor, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, quando tomaremos duas providências. A primeira será uma nota de solidariedade à família de Santiago, lamentando a sua perda e enfatizando o comportamento tão belo da mãe e da filha, que é jornalista, diante do ocorrido. Também aprovaremos um debate com aquela comissão estadual de combate à violência em manifestações públicas. Fazemos parte dessa comissão, pela Assembleia, assim como os Ministérios Públicos Estadual e Federal e as polícias. Precisamos fazer um debate aqui sobre a natureza da violência. A Constituição é clara ao afirmar que ninguém pode reunir-se com armas, de forma violenta. Num Estado Democrático de Direito, as questões têm de ser resolvidas de forma democrática.

Acho bom dialogarmos com esses movimentos, como a Assembleia já fez em vários momentos, de forma muito eficiente. Precisamos dialogar para saber quais são as reais motivações dos manifestantes. Algo está errado em nosso Estado Democrático de Direito. A sociedade está com alguma insatisfação, que precisamos identificar a fim de traduzi-la em políticas públicas. Eu o parabeno.

O deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado, deputado Durval Ângelo. Parabeno V. Exa. pela iniciativa dessas ações aqui na Casa.

Na verdade, deputado Durval Ângelo, preocupa-me muito ver que aquilo que, de alguma forma, começou como uma cobrança, principalmente cobrança por mudanças em todas as áreas do nosso país, acabou tomando essa dimensão, desde o ano passado, quando houve toda aquela baderna, toda aquela destruição. Preocupa-me também o fato de estarmos muito próximos de dois grandes eventos que ocorrerão neste país, ou melhor, três eventos, com o Carnaval. Mas creio que esse não sofrerá nenhuma intervenção de quem quer que seja.

Temos, deputado Adelmo, uma Copa do Mundo, que todos sabem que acontecerá em nosso país, e estamos em um ano eleitoral. Preocupa-me não ser tomada, desde já, uma atitude enérgica, porque o que estou vendo, deputado Sargento Rodrigues, espanta-me. O que estou vendo na televisão, o que ouço no rádio e leio nos jornais, até agora, é só um passar de mãos na cabeça de todo mundo. Não estão separando o joio do trigo.

Pessoas estão hoje infiltradas, sob a denominação de *black blocs*. Isso, para mim, é uma organização criminosa infiltrada num movimento ordeiro e pacífico com um único objetivo: criar o terror no nosso país, deputado Sargento Rodrigues. Isso é inadmissível.

Quero, mais uma vez, solidarizar-me com a família do Sr. Santiago. Ontem, em nome da nossa rede de televisão, postei uma mensagem de solidariedade à dor dessa família, que se une a nossa dor. Quero crer, sim, assim como creê a esposa do Santiago Ilídio Andrade, que a morte dele, de alguma forma, não foi em vão, porque ela já começou a provocar um movimento. Creio que esse movimento vai desaguar em alguma coisa positiva, relacionada à nossa segurança. Tenho certeza disso.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Primeiramente, quero cumprimentar V. Exa. por ter trazido esse assunto. Diria que é muito importante tratarmos hoje, no Plenário desta Casa, da vida de pessoas honradas que estão trabalhando, produzindo e fazendo nosso país crescer. É o caso do Santiago Andrade. V. Exa. falou sobre a esposa dele. A filha dele também se manifestou numa nota, que emocionou todos nós.

Na terça-feira, da semana passada, ilustre deputado, ocupei a tribuna para falar da morte do nosso companheiro e servidor desta Casa, Alexandre Werneck, e da sua namorada, Lívia Vigiano. Posteriormente, veio a morte de um servidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, num latrocínio no Bairro Gutierrez. Em seguida, veio a morte de outro rapaz no Gutierrez. Ele tinha 21 anos de idade, e seus pais estão desesperados. Agora veio a morte do cinegrafista. Eu perguntei dessa tribuna, deputado: Até quando vamos ficar sentados? Até quando vamos ficar, de certa forma, passivos? Temos de ganhar as ruas, deputado Vanderlei Miranda. Temos de nos mobilizar, fazer uma grande marcha em direção a Brasília e exigir do Congresso e da Presidência uma resposta para a sociedade.

Parabéns. Solidarizo-me com V. Exa. e peço-lhe que continue conosco nessa mobilização, que vamos organizar aqui em Minas Gerais.

O deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Sr. Presidente, finalizando, gostaria de dizer que concordo com tudo o que foi dito pelo deputado Sargento Rodrigues. Não podemos cruzar os braços. Esta Casa não pode se ajoelhar diante dessa situação que está sendo imposta à nossa Nação. Estamos perdendo nossa juventude de forma muito violenta; estamos perdendo profissionais, que no exercício da sua profissão estão sendo atacados, agredidos. Isso vale para todas as esferas de trabalhadores da nossa sociedade. Vale para a Polícia Militar, para a Polícia Federal, para as polícias de um modo geral e para a população.

Recentemente, dois jovens morreram ao caírem do viaduto na época das manifestações também. Como eu disse na abertura, nada disso repercutiu como a morte do nosso querido Santiago Ilídio Andrade, jornalista da Rede Bandeirantes. Espero que esse movimento que começa agora alcance todos os cantos do nosso estado e do nosso país na busca de podermos nos manifestar em paz, sem violência.

Sr. Presidente, mais uma vez reitero que espero que as autoridades maiores da nossa nação tomem posição imediatamente e enquadrem esses chamados *black blocs* em uma categoria de criminosos para que sejam punidos com todo o rigor da lei. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia e que nos ouve pela Rádio Assembleia, antes de entrar no assunto que me traz aqui hoje gostaria de lamentar o acontecido com o Santiago, cinegrafista da Rede Bandeirantes, que comoveu e consternou todo o País. Parabeno o deputado Vanderlei Miranda, que me antecedeu, por sua fala.

Lembro que fui sindicalista e ambientalista. Quando era presidente do sindicato, participei de dezenas de manifestações, todas pacíficas, aqui em Minas e pelo Brasil. Todas elas tinham objetivos claros de mais democracia, e os manifestantes nunca precisaram usar de violência para alcançar seus objetivos. Cito algumas, como a da "Diretas Já" e a do "Fora, Collor".

As manifestações são necessárias e continuarão acontecendo. O povo brasileiro ainda precisa se manifestar muito. Vivemos pouquíssimos períodos de democracia em nossa história. Talvez este que estamos vivendo, com menos de 30 anos, seja o mais



duradouro. Perto de 500 anos de história, é possível ter uma ideia de nossa necessidade por mais manifestações, que fazem parte do processo democrático.

Evidentemente, devemos execrar, abominar esse tipo de fascismo que se aproveita das manifestações legítimas para despejar todo o seu ódio na sociedade e faz vítimas por todo lado. Então, quero fazer coro com todos os parlamentares. Fizemos um minuto de silêncio em homenagem ao cinegrafista da Rede Bandeirantes. Minhas palavras de apoio são extensivas a todos os profissionais da imprensa, que no dia a dia às vezes enfrentam situações muito perigosas, frequentemente, sem nenhuma proteção, sem nenhum cuidado. É preciso garantir melhores condições de trabalho a quem tem enfrentado essas manifestações, que estão se transformando em verdadeiros campos de batalha.

Reafirmo que somos favoráveis às manifestações, que são necessárias, legítimas e democráticas.

Sr. Presidente, hoje de manhã o governo do Estado assinou alguns convênios de ampliação de presídios em nosso Estado.

No sábado estive em São João del-Rei, minha terra natal, visitando a Apac, muito bem coordenada pelo vereador Fuzzatto, presidente da Câmara de Vereadores do município. Foi deputado nesta Casa e é um homem que tem grande amor pelas Apacs, causa que abraçou. Alternativas de cumprimento da pena são muito importantes e deveriam tornar-se referência para todo o Brasil.

Mas, infelizmente, apesar dos índices altíssimos de recuperação dos detentos, mais de 90% das Apacs ainda não são referência. Hoje foi anunciada a ampliação do número de torozeleiras, equipamento instalado na perna dos presos que se ausentam dos presídios. Isso é bastante discutido, mas é uma forma de reintegração e reeducação e precisa ser mais bem difundida.

Na Apac de São João del-Rei almocei com recuperandos e fiquei muito impressionado com o que vi. A sede está na fase final de construção. Quem faz tudo são os próprios presos, desde a fabricação de blocos de cimento até os trabalhos de serralheria, construção civil, instalação elétrica e hidráulica. É interessantíssimo. Fiquei com eles durante horas. Na manhã de sábado, professores da universidade federal davam curso de embutidos. Eles possuem uma pocilga, criação de suínos, e aprendiam a fazer defumados de carne suína. As atividades eram bastante fortes, interessantes. Além de coordenador da Apac de São João del-Rei, o Fuzatto é vice-presidente da FBAC, entidade que cuida da recuperação de condenados no Brasil e em diversos países da América do Sul.

Tenho em mãos uma reportante do jornal *O Tempo* veiculada ano passado. Em 2013, havia 14 mil presos em Minas Gerais; em 2013 esse número passou para 46.500; este ano já atingiu 54 mil. O aumento é de 4 mil presos por ano. A violência só aumenta, e a polícia não dá conta de cumprir os mandados. Há 70 mil mandados de prisão. O interessante é que, de lá para cá, a capacidade do governo de criar novas vagas tornou-se insuficiente. Aliás, somente agora, quando o nosso déficit é monstruoso, foram anunciadas 14.500 novas vagas, além da ampliação de alguns presídios. Para terem ideia, no ano passado o Estado tinha 17 mil presos a mais do que o sistema consegue abrigar com dignidade. O Estado tem o direito de privar da liberdade, mas não da dignidade.

Além de São João del-Rei, as cidades de Pouso Alegre e Itaúna desenvolvem um trabalho importante nessa área. Aliás, Itaúna é pioneira no sistema que respeita o ser humano e lhe oferece uma chance verdadeira de ser recuperado para a sociedade. Fiquei várias horas lá, visitei todas as instalações, conversei com vários presos. Em São João del-Rei há uma característica interessante: também existe Apac para mulheres presidiárias. Cerca de 50 mulheres têm uma chance, aprendem uma profissão e têm acesso à educação.

A maioria dos brasileiros que estão hoje nos presídios são pessoas que não tiveram quase oportunidade alguma na vida. Por isso, é importante difundir e falar sobre essa experiência que deu tão certo. De 54 mil presos no Estado de Minas Gerais, menos de 4 mil estão nas Apacs, onde realmente é comprovado um índice de recuperação de mais de 90%. Presos condenados que querem ir para esse sistema têm uma chance real de reinserção, uma oportunidade de reconstruir a vida. E só quem quer vai para a Apac. No entanto, estamos agora ampliando os presídios. Minas também tem um pioneirismo, podemos dizer assim, que é uma PPP. Agora tem presídio que é administrado pela iniciativa privada. Tomar conta de preso virou um negócio que dá lucro. Na verdade, vemos que os presídios, do jeito como são atualmente, pioram o cidadão. Eles transformam aqueles que cometeram algum delito e que facilmente poderiam ter se recuperado em bandidos perigosos, às vezes. Os presídios são desumanos, impiedosos e já estão esgotados.

Tenho um profundo respeito pelo trabalho que o vereador Antônio Carlos de Jesus Fuzzatto - que, inclusive, já foi deputado estadual nesta Casa - faz não só em São João del-Rei mas também em Minas e no Brasil. Recentemente, ele esteve no Peru difundindo esse trabalho, levando essa forma humanizada de tratar quem tem de pagar sua dívida com a sociedade. No entanto, o que tenho visto, deputado Rogério Correia, é que quase não se fala nisso. Já sabemos que a prisão não funciona. Ninguém tem dúvida de que prisão não funciona, não reeduca ninguém, que é a punição pela punição - e é a punição que vai para o corpo também. Por isso, tenho profundo respeito pelo que eu vi lá em São João del-Rei.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, parabeno V. Exa. pelo tema, porque muitas vezes isso é visto com preconceito. Em vez de tratar o preso para ele ser recuperado, ele é tratado como se fosse uma pessoa que não tem recuperação e, portanto, está ali apenas para ser punido, não há o objetivo de sua recuperação. Claro que a punição já é a própria cadeia, mas é necessário que se faça um trabalho de recuperação. Infelizmente, não vemos esse tipo de tratamento sendo orientado.

Queria aproveitar o tema que V. Exa. traz para dizer que ainda há algo fundamental, que é a prevenção em relação a essas questões. A prevenção deve ocorrer por meio do nosso sistema educacional, que precisamos melhorar em nosso país. Provavelmente, se tivéssemos um sistema educacional mais eficiente, poderíamos diminuir, e muito, a prática de crimes no país.

O deputado Pompílio Canavez - Se tivéssemos mais escolas, teríamos menos cadeias.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Exatamente. Mais do que isso, se também tivéssemos nas escolas uma política mais arrojada de prevenção ao uso de drogas. A maioria das prisões têm sido feitas por causa de drogas. Trouxe um estudo. Até tentaria falar da tribuna hoje, mas peço a V. Exa. um minuto apenas para apresentar alguns dados que justificam nossa preocupação com a educação, que, evidentemente, tem relação com o tema, como V. Exa. manifestou agora.

O Sind-UTE fez um estudo sobre a qualidade da educação no ensino fundamental, que se chama CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial. É um estudo feito hoje internacionalmente, e aqui, em Minas, através de sindicato, passamos a ter conhecimento de como anda a educação, inclusive, comparativamente com outros estados do Brasil. Infelizmente Minas vai mal também na qualidade de educação



inicial. Aqui há alguns dados. Depois passarei ao conjunto dos deputados o estudo comparativo do Custo Aluno Qualidade Inicial em Minas, feito pelo Sind-UTE.

Mas veja bem alguns dados: 40% das escolas de ensino fundamental não possuem sala de secretaria; 95% não possuem, deputado, sala de leitura; 75% não têm laboratório de ciências; 60% das escolas de ensino fundamental não possuem refeitório. No ensino médio, 83% das escolas não possuem almoxarifado, 51% não possuem quadra de esporte coberta, 47% não possuem máquina fotográfica. E assim vai. Se analisarmos com cuidado, veremos que Minas está atrás de todos os estados do Sudeste na qualidade inicial de educação e perde até em muitos itens para a média nacional. A qualidade da educação em Minas está também aquém da do Brasil, que, sabemos, precisa melhorar muito. Minas Gerais é o terceiro Estado mais rico e tem índices sofríveis na educação.

O deputado Pompílio Canavez - Pois é, mas na propaganda não é assim, não é, deputado Rogério Correia? Na propaganda parece que estamos vivendo na Suécia, na Holanda, na Suíça. As escolas mostradas na propaganda são de primeiro mundo. Todos as deputadas e deputados aqui conhecem bem a realidade das escolas do nosso Estado; sabemos que essa realidade realmente é muito preocupante.

Sr. Presidente, muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos vê e ouve pela TV Assembleia, voltamos novamente à tribuna desta Casa para falar da nossa indignação. Fiz agora mesmo um aparte ao ilustre colega deputado Vanderlei Miranda e volto à tribuna, presidente, mais uma vez para dizer o quanto estamos acomodados e o quanto estamos assistindo de braços cruzados acontecerem crimes bárbaros sem que haja mobilização de nossa parte.

Estou aqui com o jornal *Estado de Minas* de domingo, 9/2/2014. O articulista Pedro Ferreira escreve a seguinte matéria: "Latrocínio. Jovem é assassinado por ladrões que levaram seu carro no Gutierrez. Foi o segundo crime nessas circunstâncias em BH nos últimos 10 dias". Presidente, o articulista escreve em seu primeiro parágrafo: "O estudante de engenharia de produção Matheus Salviano Botelho de Moraes, de 21 anos, que ainda não havia superado o trauma de ter sido assaltado duas vezes, morreu baleado por dois ladrões, que levaram seu veículo Punto, às 22 horas de anteontem, na esquina das Ruas Almirante Tamandaré com Estácio de Sá, no Bairro Gutierrez, região oeste de Belo Horizonte. O crime ocorreu apenas 10 dias depois do assassinato do fisioterapeuta e funcionário da Câmara Municipal de Belo Horizonte Christiano D'Assunção Costa, de 34 anos, morto em circunstâncias parecidas, dentro do seu carro, quando saía da academia, no Bairro Buritis, também região oeste de Belo Horizonte."

Faço o registro, deputado Doutor Wilson, de dois latrocínios que ocorreram em bairros, deputado Wander Borges, muito próximos um do outro, os dois na região oeste de Belo Horizonte. V. Exa., que é da nossa capital e da cidade vizinha de Sabará, sabe exatamente a distância de um bairro para outro.

Por que não podemos deixar isso passar em brancas nuvens, deputado Wander Borges? Na terça-feira da semana passada ocupei esta tribuna para falar da morte do servidor desta Casa, nosso querido colega de trabalho Alexandre Werneck de Oliveira, e de sua companheira Livia Viggiano. Quero, deputados Wander Borges e Arlen Santiago, também trazer uma matéria do mesmo jornal *Estado de Minas* de domingo, 9 de fevereiro, de que venho constantemente falando na Comissão de Segurança Pública. O tema é sobre o que esses latrocínios têm a ver com a matéria que passo a ler, deputado Arlen Santiago.

Alessandra Mello diz o seguinte: "O senador mineiro Aécio Neves, do PSDB, disse ontem que a segurança pública será uma 'preocupação permanente de um futuro governo do PSDB'. Em visita a São Carlos, no interior de São Paulo, o pré-candidato à Presidência da República disse que o governo federal é omissivo e até irresponsável na questão da segurança pública".

Diria, deputado Doutor Wilson, não é "e até", porque tenho dito todas as terças-feiras, na Comissão de Segurança Pública, que o governo federal é omissivo e irresponsável com a questão da segurança pública.

Continua o senador Aécio Neves, nosso futuro presidente da República: "O governo federal tem a responsabilidade de cuidar das fronteiras, tem a responsabilidade de coibir o tráfico de drogas, o tráfico de armas, e investe apenas 13% do conjunto do investimento. E o contingenciamento que o governo vem fazendo em recursos de segurança pública tem levado ao agravamento da crise, por exemplo, no sistema prisional". Aécio defendeu a realização de reformas no Código Penal e a proibição do contingenciamento de recursos para a segurança pública. Ele disse que já tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição - PEC - impedindo que os recursos para essa área não sejam gastos pelo governo federal em outras. Segundo ele, a intenção é garantir que 'cada governante, cada estado, independentemente do partido político do governador, saiba quanto vai receber mensalmente. Seja para ampliar o efetivo da polícia, seja para investir em inteligência ou em equipamentos. O que diria é que temos hoje no Brasil um estado unitário e um governo pouco generoso com a Federação. A segurança pública será nossa prioridade não só na campanha, mas também no governo. A omissão do governo federal chega quase a ser criminosa', afirmou Aécio em discurso num encontro regional do PSDB na Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos. No encontro, o senador se apresentou como 'presidente dos municípios'. De acordo com ele, o PT abdicou de ter um projeto de transformação do País e optou por um projeto de poder".

Quero, Sr. Presidente, falar da minha satisfação e da minha alegria por ter participado da eleição do senador Aécio Neves por duas vezes ao governo do Estado; da minha alegria também por dar continuidade a esse projeto do governador Aécio Neves em Minas Gerais; da satisfação por ter participado também da eleição do Prof. Anastasia, pessoa extremamente competente, extremamente capaz de fazer uma gestão pública. Mas falta, como disse o senador Aécio Neves, uma participação, deputado Arlen Santiago, que não é tão simples assim, como algumas pessoas querem enxergar.

Tenho dito praticamente todos os dias nas reuniões da Comissão de Segurança Pública - os deputados João Leite, Lafayette de Andrada e os demais que a compõem têm acompanhado os meus pronunciamentos -, que não há por parte do governo federal nenhuma ação concreta, absolutamente nada, para conter o avanço do tráfico de drogas e de armas.

Deputado Wander Borges, se fizermos hoje uma pesquisa com o subsecretário Murilo Andrade, da Subsecretaria de Administração Prisional, perguntando-lhe, deputado Arlen Santiago, quantas pessoas temos condenadas por tráfico de drogas, apenas por tráfico, nas penitenciárias mineiras, vamos chegar ao número de 15% a 17%, apenas por condenação por tráfico. E, se formos identificar os



demais sentenciados por outros crimes que são tragados pelo tráfico, como formação de quadrilha, estelionato, roubo a banco, roubo a veículo, arrombamento, furto, roubo a transeunte, mais apelidado de assalto, homicídio, vários delitos que são cometidos em nome do tráfico, deputado Wander Borges, vamos ter pelo menos outros dois percentuais de igual proporção que são cometidos em nome do tráfico. Traduzindo para que V. Exas. possam compreender, hoje, no mínimo, 50% de toda a população carcerária está ali em nome do tráfico. O que o governo federal faz? Deposita essa dívida nos governos estaduais, não consegue estancar fronteiras nem armas e drogas. Por isso não há polícia estadual que dê conta de combater o crime nas condições em que os governadores estão, independentemente se é o governador de Minas Gerais ou se é o Sr. Jaques Wagner, da Bahia, do PT, ou se é o bandido do governador Sérgio Cabral, lá do Rio de Janeiro. E não dá conta porque o governo federal não faz a sua parte.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, realmente V. Exa. faz uma análise muito clara do assunto em discussão.

A violência tem aumentado cada vez mais. Se um ex-presidente da República fala que o mensalão não é problema e que sai na urina, daqui para a frente tudo pode, a bandalheira pode tudo, todas as coisas podem, e prevalece a mentira.

Há poucos minutos, ouvi aqui - e ouvimos porque temos dois ouvidos - defensores deste governo que está arrasando com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal, que deixa drogas e armas entrarem pelas nossas fronteiras e não faz nada, dizer que faltou a máquina fotográfica aqui em Minas. Aliás, em todos os índices desse governo, Minas Gerais é o estado que mais evoluiu na educação. Então o que dizem é para mentir, para tapear, para enrolar. É isso que tem sido feito, no entanto a segurança está desse jeito, com o povo desesperado.

Nesta manhã, estive com o deputado Luiz Henrique e com o governador, lançando um novo programa. Passamos, quando o Aécio entrou, de 5 mil vagas em penitenciárias para 35 mil. As Polícias Civil e Militar pararam de tomar conta de presos. Foi lançada hoje a licitação para duplicar presídios, inclusive da minha querida cidade de Montes Claros, com 5 mil novas vagas. É isso que o governo de Minas está fazendo e dando exemplo para o País, inclusive com o reconhecimento do Ministério da Justiça.

Dos 35 mil presos, deputado Sargento Rodrigues, 12 mil estão trabalhando; 6 mil, estudando. A melhor nota de presos que participaram do Enem é de Minas Gerais. Então as coisas estão acontecendo. A educação de Minas, em todos os pontos, é cada vez melhor.

Mas o governo não olha a entrada de drogas no País, tampouco estimula o desarmamento. No plebiscito desarmou o homem de bem e deixou as armas entrarem à vontade. V. Exa. está completamente correto. O nosso querido senador Aécio Neves, futuro presidente da República, está certo, porque a população não tolera mais essa questão de insegurança, o que V. Exa. discute neste momento.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa. Concordo em gênero, número e grau com suas palavras.

O deputado Wander Borges (em aparte) - Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo por estar novamente colocando essa reflexão, esse tema em debate.

Creio que agora precisaremos, todos os dias que tivermos oportunidade, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, e também nas comissões temáticas, enfim, em qualquer canto, falar sobre segurança. Precisamos de atitude. Sabem por que muita gente fica serena? Porque não aconteceu com seu irmão, com sua mulher, com seu filho, com seu pai ou com sua mãe. Na hora em que chegar perto de nós, aí, sim, aqueles que estão sentados por aí fora irão para a rua fazer uma grande reivindicação.

Ontem o governador concedeu uma entrevista ao *Roda Viva*. Ele disse que precisa de mais efetivo. Precisamos de capital humano, precisamos de RH, mas aí vem a grande pergunta: por que não se coloca mais efetivo? Porque não há recurso. E por que não há recurso? Porque o projeto de poder desenhado pela União não é republicano, não é institucional. É um projeto de poder, que é diferente de um projeto republicano democrático. O recurso está todo formatado nas mãos da União. Vai virar uma sucata. Este país vai pagar um preço muito alto, assim como aconteceu com o menino de 22 anos, assim como aconteceu com o Werneck, desta Casa, assim como está acontecendo com tantos outros, como se o crime fosse uma coisa para ser absorvida naturalmente pela sociedade. Está na hora de mudar, é preciso atitude, é preciso reformar o Código Penal, é preciso punir. Se não houver mudança, daqui a pouco será um deputado da tribuna que vai morrer assassinado. Deputado não é diferente de cidadão comum, ele é igual, é a mesma coisa.

Ontem foi noticiada uma questão interessante em um jornal da noite: vão colocar a Polícia Federal para investigar o problema que houve com o cinegrafista da Band. Até aí tudo bem, mas por que não colocam a Polícia Federal para investigar tudo? Sargento Rodrigues, é como V. Exa. está falando, porque precisou chegar ali para que alguma coisa começasse a ser repensada neste país. Precisamos colocar dinheiro nos estados brasileiros para que possam trabalhar cada dia melhor. Sargento Rodrigues, parabéns.

O deputado Sargento Rodrigues* - Presidente, apenas para concluir, já que o meu tempo se esgotou, pois concedi dois apartes.

Quero dizer, deputado Wander Borges, que o governo federal criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. Alardeou aos quatro cantos do País, dizendo que estava fazendo um convênio com o Estado para comprar 500 coletes, mandar 50 câmaras de vídeo para ele. Já disse várias vezes ao senador Aécio Neves e ao governador Anastasia que os governos estaduais não precisam de migalhas do governo federal. Eles precisam que o governo federal cuide, única e exclusivamente, da fronteira, a fim de combater o tráfico de drogas, o contrabando de armas, o descaminho, apenas isso que é competência originária da União, e não dos Estados.

Quero render minhas homenagens ao senador Aécio Neves, que impõe essa bandeira e terá todo o nosso apoio. Certamente Minas erguerá a voz em defesa do senador Aécio Neves. É disso que precisamos no nosso país, de segurança pública discutida no Planalto, e não dessa omissão que o governo federal vem fazendo com a segurança pública em nosso país.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, deputados e deputadas, boa tarde a todos. Quero começar concedendo aparte ao meu colega de bloco, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Cabo Júlio, obrigado. Serei rápido para não atrapalhar o assunto de V. Exa., mas fico abismado, ao ouvir aqui algumas alegações. O Estado de Minas Gerais está quebrado, Aécio Neves quebrou Minas, e os

deputados aecistas vêm jogar a culpa da segurança pública na presidenta Dilma, mas também não têm coragem de falar sobre a situação da Polícia Militar em Minas Gerais.

V. Exa. sabe disso. Ela não tem dinheiro para dar um telefonema. Quem paga é o município; jogam as contas nas costas do prefeito ou do próprio policial militar. A Polícia Militar está um caos no Estado, e querem dizer que a culpa é da Dilma, que, agora, tem de cuidar do salário do policial militar, do papel higiênico que ele usa ou do telefonema que dá. Realmente, é demais. O governo do Estado não cuida da segurança pública, e a culpa é do governo federal? O fato é que o PSDB e Aécio Neves quebraram Minas. Mas o cara de pau do Aécio vem dizer que a culpa da péssima situação da segurança pública em Minas é da Dilma. Ora, não era uma ótima segurança pública, deputado Sargento Rodrigues? Não faziam propagandas na televisão dizendo que a segurança pública em Minas era a melhor entre os estados e que tínhamos a melhor educação do mundo? Mas os policiais militares sabem bem como está esse quadro. Muito me admira a cara de pau dos aecistas, ao quererem jogar a culpa no governo federal.

E vou dizer mais, com base em dados do governo. O número de crimes violentos em Minas cresceu mais do que no Brasil e muito mais do que na Região Sudeste. Isso foi publicado recentemente no *Hoje em Dia*. Da mesma forma, o número de crimes contra o patrimônio e de homicídios cresceu em Minas. Minas avança: avança no caos da segurança pública. E a culpa não é da Dilma, mas do PSDB, de Aécio Neves e de Anastasia. A culpa não é do governo federal. A culpa da situação da segurança pública, deputado Sargento Rodrigues, não é do governo federal. Essa, não. Deveriam é explicar aos policiais militares que o governo do Estado tem culpa. Agora mesmo V. Exa. vai estar aqui defendendo o Azeredo, que, como V. Exa. bem sabe, jogou a segurança pública lá embaixo. Sinceramente...

Que a gente faça opção por determinado partido político, tudo bem. V. Exa. tem todo o direito, como tem o deputado, ali, do PSB, que agora também virou governista, do Aécio. Mas tudo bem. Agora, brincar e mentir a respeito dos dados? Aí, tenham paciência.

O deputado Cabo Júlio* - Vou iniciar dizendo que no último final de semana estive visitando algumas unidades no Norte de Minas, como o 10º Batalhão, em Montes Claros, que está fazendo uma reforma interna nos quartéis, com recursos de emenda deste parlamentar. Visitei também o 51º Batalhão e a Companhia de Missões Especiais. Foram destinados R\$915.000,00, por emendas deste parlamentar, a obras que estão sendo realizadas em Janaúba, Claro dos Poções, São João da Lagoa, Jaíba, Brasília de Minas, Campo Azul, Grão-Mogol e nos quartéis em Janaúria, Coração de Jesus, São Francisco, Porteirinha e em todas as unidades da cidade de Montes Claros. Estive visitando essas obras, com as quais fiquei muito feliz, pois, quando melhoramos a condição de trabalho do policial, ele melhora a qualidade do serviço que presta à sociedade.

Quero lembrar também que na sexta-feira foi realizado o 1º Encontro de Casais da 11ª Risp, na região do Norte de Minas, ao qual compareceram, deputado Carlos Henrique, 112 casais. Foi oferecido um jantar e feita uma palestra para os casais. Foi muito “bacana”, porque, se não estamos bem com a família, não temos como estar bem com a sociedade. Costumo dizer que, na nossa profissão, não podemos dar o que não temos. Se a pessoa não está bem, como vai servir à sociedade?

Peço ao deputado Rogério Correia que permaneça em Plenário porque quero ratificar algumas informações. Com o perdão da palavra “anátema”, há um maldito convênio entre quase 100% das unidades da Polícia Militar e as prefeituras. A coisa funciona assim: para o destacamento da cidade, a prefeitura paga a gasolina da viatura, o aluguel da casa onde fica o quartel, a conta do telefone 190 do quartel, entre outras coisas. Posso dizer que é verdade porque visitei, se não todas, quase todas as cidades de Minas Gerais. Se estragar uma viatura, é a prefeitura que conserta; também é ela que disponibiliza o funcionário *ad hoc*, o papel A4, enfim, tudo de que a Polícia Militar precisa para funcionar. O Estado entra só com o policial. Digo isso com propriedade e posso confirmar a fala de V. Exa., porque visito as unidades todos os finais de semana.

Isso é fato. O que é pior disso tudo? É bacana, é responsabilidade de todos, da União, do Estado e do município. O art. 144 diz que é direito do cidadão, dever e responsabilidade de todos. Tudo bem, temos de equilibrar isso. Mas o que tem acontecido?

Quando se tem um conflito na cidade, como eu já presenciei, em que o policial multa o assessor do prefeito porque estava andando sem carteira, o prende e apreende seu veículo, muitas vezes o prefeito - digo alguns, não todos -, que não tem o entendimento de que esse maldito convênio é entre a instituição Polícia Militar e a instituição Prefeitura Municipal, acha-se no direito de ligar para o sargento do destacamento ou para o comandante do pelotão ou do batalhão e dizer: “Oh, o carro de meu assessor, do meu filho ou de quem quer que seja foi preso. Eu quero que você solte”. E aí o policial diz que não pode soltar, porque o IPVA está atrasado por cinco anos ou o carro não tem documento. Ele diz: “Ah, não vai soltar, não? Então a partir de amanhã eu corto o convênio”. E corta mesmo. No outro dia deixa de pagar o telefone porque não foi atendido. Muitos não têm a compreensão de que é um convênio institucional, entre duas instituições, e não com a pessoa do prefeito, do secretário ou do vereador, ou ainda com a pessoa do sargento ou do comandante do batalhão. Então, isso é fato, é realidade. E vemos isso até, lamentavelmente, em nível de batalhão.

Em Pará de Minas, eu vi pior, deputado Rogério Correia. Lá os policiais são tirados das ruas para fazer escolta de dinheiro de uma cooperativa financeira, a polícia tira a viatura da rua. O comandante determina que a viatura saia da rua e vá fazer a escolta de dinheiro. O banco deixa de pagar um carro-forte e tira o policiamento para fazer escolta da cooperativa financeira até o Banco do Brasil. Por quê? Porque certamente a cooperativa está pagando luz, está dando asfalto para o quartel. Por quê? Porque o Estado não faz. E isso não é de hoje, não. Estou na polícia desde 1988, há 25 anos, e vejo esse maldito, repito, maldito, maldito, maldito convênio, porque ele tira o princípio da imparcialidade. Determino na cidade quem eu posso multar, deputado Ivair, e quem não posso. Determino na cidade quem deve cumprir a lei e quem não deve cumprir a lei, porque, se eu cortar na risca...

E funciona muitas vezes assim, deputado Rogério Correia. Isso mostra como é trágica essa situação. E é verdade isso. É trágico para o policial. Muitas vezes, o prefeito diz assim: “Olhe, o soldado fulano de tal, o sargento fulano multou minha mulher porque ela estava sem carteira ou parou errado”. Aí, a polícia faz uma sindicância e chega à conclusão, deputado Rogério Correia, veja V. Exa. como nós sofremos com isso, que o policial estava certo. Daí, muitas vezes o mau prefeito vira para o comandante e fala: “Se não tirar o sargento fulano de tal da minha cidade, eu corto o convênio”. E, se cortar o convênio, a polícia para de funcionar. Então, muitas vezes a polícia chama o policial e diz: “Escolha o lugar para onde você quer ir”. Ela diz: “Eu não quero sair da cidade. Eu tenho filhos estudando, a minha mulher trabalha aqui”. E aí, deputado Rogério Correia, o policial recebe a seguinte informação: “Ora, sei que você



está certo, sei que você agiu na legalidade, sei que você coibiu o fulano de tal que estava, porventura, cometendo um crime de trânsito ou outro, mas eu não tenho como tirá-lo, porque ele é o prefeito, ele corta convênio. Então, tenho de tirar você”. E não se trata de 1, 2, 50 ou 100 casos em que o policial tem o seu direito aviltado porque trabalhou certo. E isso porque a polícia militar e o corpo de bombeiros ficam pedindo esmola para a prefeitura, ficam pedindo esmola para empresário, ficam pedindo a empresário para pagar para trocar pneu de viatura, ficam pedindo a empresário para comprar viatura para patrulha rural. E, em troca disso, finjo que não estou vendo. Funciona em determinada cidade o seguinte: a ala de situação pode andar sem carteira, pode parar onde quiser. A ala de oposição não pode. E o policial é que fica no meio disso tudo. Isso é fato.

Eu aqui nunca deixei de esconder os avanços do governo atual na área de segurança pública, contratando pessoal, abrindo concurso. Nunca deixei de esconder isso, mas temos de dizer a verdade, e a verdade é que a polícia, principalmente no interior, vive de esmola de prefeitura.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Cabo Júlio, gostaria de obter uma informação sobre o contingente policial, o número de policiais, porque está todo mundo reclamando que está sem. É Dilma ou é governo do Estado?

O deputado Cabo Júlio* - O problema de contingente é uma herança dos anos 1990. Deixe-me concluir o meu raciocínio.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Mas é o governo do Estado ou o governo...?

O deputado Cabo Júlio* - Não é Dilma, não é Aécio, não é nada. Como policial que sou e deputado que estou, tenho o dever de ter muita cautela com o que digo aqui. O problema de efetivo é uma herança dos anos 1990. Nos anos 1990 quase não entraram policiais. De 2001 a 2013 entraram 19 mil novos militares, mas saíram 22 mil por aposentadoria, por isto e aquilo, por muitas conquistas que tivemos.

Então, queridos, o que eu quero dizer é que existe uma realidade, e a realidade é essa. No interior a polícia só funciona porque a prefeitura é que custeia e porque o Tribunal de Contas do Estado faz vista grossa. Porque como se presta conta desse dinheiro, daquilo que é responsabilidade do Estado?

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Gostaria de agradecer o aparte, deputado Cabo Júlio, e também por participar de um assunto tão importante hoje na sociedade e que realmente preocupa a todos. Preocupa pais, filhos, crianças, nossas gerações futuras a perpetuação patológica dessa violência hoje no Brasil.

O deputado Rogério Correia assume aqui a questão da segurança partidária, e acho que, quando a devoção a partidos, a políticos supera os valores da nossa consciência, a nossa inteligência naufraga. E o deputado Rogério Correia não é capaz de enxergar que a violência tem crescido muito hoje no Brasil. São 45 mil homicídios por ano, no Brasil. Quase que uma das maiores causas hoje de mortalidade na nossa sociedade é a violência. Temos um governo há 12 anos no Brasil, e não se criou um plano eficiente que venha combater o consumo do *crack*. Hoje não temos nenhum programa eficiente em termos de combate ao *crack*. A impunidade: a Justiça não pode facultar que o desenvolvimento físico, biológico, as questões de idade permitam que pessoas com menos de 18 anos cometam crimes bárbaros contra a sociedade sem nenhuma punição. Então, acho que existem questões que têm que ser discutidas profundamente, para que tenhamos uma sociedade mais segura e com mais paz.

O deputado Cabo Júlio* - É por isso que eu disse na minha fala que faço essa discussão com responsabilidade, sem partidizar, dizendo que o governo federal erra, o governo estadual erra também, e quem “paga o pato” é o cidadão, que está morrendo na rua; que liga 190, e demora duas horas uma viatura para chegar, porque não há efetivo, não há estrutura, não há nada, apesar de todos os avanços. O que estou dizendo e volto a dizer é que, se não fossem as parcerias com as prefeituras, a PMMG hoje estaria falida.

Quanto o destacamento de Coluna, minha terra, recebe de custeio para pagar água, luz, telefone, xerox, gasolina para a viatura? Não tem nenhuma. Para gastar com pesquisa: zero. Quem faz esse custeio: prefeitura municipal, num termo de convênio que é muito bem-vindo quando o prefeito municipal tem a compreensão de que a responsabilidade é de todos nós; e é muito “malvindo” quando o administrador municipal acha que, com essa parceria, ele passa a ser dono da Polícia Militar, e passa a determinar quem pode ser preso e quem não pode.

É isso que não podemos permitir. Como eu disse e sempre tenho dito aqui, reconhecemos todos os avanços, mas não podemos esconder a realidade. A realidade é que nossos policiais estão sofrendo no interior, porque eles têm de combater o crime com luva de pelica, deputado Ivair Nogueira: “Eu poderia abordar esse moço, mas ele é amigo do prefeito, do vereador fulano. E se o povo não gostar? Vão me tirar daqui”. E, lamentavelmente, tiram mesmo da cidade. Temos combatido isso ao longo dos anos. Tiram porque ainda estamos dependendo de favores para que a Polícia Militar ande, e isso é lamentável, presidente.

* - Sem revisão do orador.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/2/2014

O deputado Rômulo Viêgas* - Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou retornando às nossas atividades no Plenário da Assembleia após um momento de tratamento cirúrgico. Ontem assisti pela televisão a vários colegas falando, de forma expressiva e importante, sobre a segurança pública brasileira. Não vou me ater a esse tema hoje porque ontem foi bastante mencionado e carece muito de um debate mais amplo e nacional.

Neste período de janeiro, tive oportunidade de fazer uma visita a várias cidades e conversei bastante com os prefeitos. A preocupação que tenho é justamente o que trataremos agora. A pergunta é esta: que país é este em que estamos vivendo? Que Brasil é este em que estamos vivendo? Além de todas as anomalias apresentadas pela insegurança pública, o governo federal, por meio das suas ações, propõe redução de impostos quando a perda da arrecadação não é sua, mas dos estados e municípios. Aí, realmente, os governadores e prefeitos não têm condição de apresentar propostas reais, em termos financeiros, para encontrarem solução para esses problemas. Não adianta dizer aqui que o Estado faz convênio com as prefeituras para os prefeitos ajudarem no combustível. Há 500 anos isso já vem acontecendo. É claro que está se avolumando, porque os estados e as prefeituras não têm dinheiro.



Observem que interessante. A presidente Dilma, depois de dizer na Suíça, em Davos, que prioriza a infraestrutura nacional - veja bem, Doutor Wilson, ela disse, na Suíça, que prioriza a infraestrutura nacional -, viajou para Havana, em Cuba, a fim de inaugurar o Porto de Mariel, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Olhem bem como está a situação dos portos brasileiros, das nossas estradas e dos nossos aeroportos. A obra do Porto de Mariel, em Cuba, é de fazer inveja a qualquer exportador brasileiro e de deixar os mais ricos visitantes de Davos de boca aberta.

O BNDES, deputado João Leite, investiu US\$682.000.000,00 na reforma e ampliação do Porto de Mariel - obras essas realizadas pela empresa brasileira Odebrecht. Recapitulando: poucos dias depois de falar de subinvestimentos em infraestrutura no seu próprio País, a presidente pretendia prestigiar um grande investimento em infraestrutura em outro país, feito também com dinheiro brasileiro.

Nossos terminais e portos estão em situação caótica, as estradas brasileiras estão sem condições de trânsito, ocasionando um número expressivo de mortes. Mas, para Cuba, para o Porto de Mariel, repito, foram investidos US\$682.000.000,00 numa obra que será realizada numa área de 465km², equivalente ao tamanho de Curitiba. A área já recebeu, deputado João Leite, 100km de rede de água, 12km de ferrovia - o Porto de Mariel já tem 12km de ferrovia - e 70km de estradas pavimentadas em pista dupla. As indústrias estrangeiras que decidirem instalar-se ali poderão auferir uma renda espetacular para transportar os produtos, importá-los ou exportá-los. Para Cuba o coração é aberto, para Cuba o coração realmente é da camaradagem.

Para não falar que a crítica é só do PSDB, vou ler o que disse o senador Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, partido aliado, e presidente da Comissão de Relações Exteriores no Senado: "Qual é a necessidade de fazer uma operação de crédito entre dois Estados e pedir confidencialidade? A imposição desse segredo alimenta mil e uma interpretações". Por que isso? Em meados de 2012, o ministro Fernando Pimentel, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, decretou que o contrato para financiamento do Porto de Mariel seria confidencial até 2017. Aí, o senador do PMDB pergunta qual a razão de ser confidencial.

A senadora Kátia Abreu, do PMDB, também faz seu pronunciamento: "Ninguém sabe qual será o custo desse financiamento em Cuba para os brasileiros. Não estamos em condições de subvencionar obras alheias em país algum". Do partido da base aliada à presidenta Dilma.

Aí, deputado João Leite, em uma matéria recente, também - como eles estão apresentando revistas, números, nós também vamos fazer a mesma coisa -, a pergunta é: o Brasil avança? Há perigo de regredir? Como sempre digo, também gosto de apresentar coisas boas. O otimismo com a inclusão social e o aumento da renda das classes mais baixas, apresentado pelo governo federal, contrasta com a corrupção, os problemas de planejamento, a falta de segurança e a infraestrutura precária. Enquanto isso, deputado Mourão, constrói-se hospital em Angola no valor de US\$4.000.000,00, perdoa-se dívida dos países africanos. Aí, meus amigos, os empresários começam a se pronunciar; aliás, não apenas os empresários, mas também outras pessoas, como o Sr. Roger Moreira, que é músico e diz: "Já regredimos. Estamos cada vez mais nos comportando como homens das cavernas. A lei do mais forte prevalece, a ignorância cresce, a violência aumenta, a economia é sustentada pelo governo".

Temos em mãos várias colocações a serem apresentadas, e uma delas é a preocupação de como qualquer governador brasileiro, com a receita cada vez mais em queda... Não adianta dizer que são dívidas construídas, é isto ou aquilo, fulano quebrou ou deixou de quebrar. O governo federal, deputado Mourão, é que tem arrecadação estratosférica de R\$1.000.000.000.000,00 na mão e gasta mal. Quando os servidores públicos do Estado de Minas fazem greve, é com razão, porque todos têm de lutar pela melhora salarial. Ninguém fala aqui que a Polícia Federal está em greve. Por que a Polícia Federal está em greve, deputado Wander Borges? Porque falta nesse governo planejamento e sensibilidade com governadores e estados.

O deputado João Leite (em aparte) - Serei rápido, mas não poderia, deputado Rômulo Viegas, perder a oportunidade de me associar a V. Exa. nessa crítica à política do governo federal, à política do ministro Pimentel. O ministro quer esconder quanto está colocando em Cuba. Quanto o ministro Pimentel está colocando em Cuba? Outros ministros mineiros, como Pimenta da Veiga, quando estavam no cargo, fizeram as duas últimas hidrelétricas em Minas Gerais e a duplicação da Fernão Dias de Belo Horizonte a São Paulo. O ministro Pimentel investe em Cuba e não quer que ninguém saiba quanto dinheiro está dando. Tudo tem de ser feito às escondidas, de maneira sigilosa, secreta, debaixo dos panos. Ninguém pode saber quanto o brasileiro está pagando a Cuba. É um escândalo o que este governo está fazendo, e agora o brasileiro vai pagar a conta.

Gostam de falar também da Cemig. Agora a presidenta Dilma dá o maior aumento da história da energia elétrica. Ela fez aquela graça no ano passado, e agora o brasileiro tem de pagar esse aumento, essa conta.

Por fim, quero lembrar que hoje praticamente entreguei o relatório final da CPI da Telefonía. A Anatel tem 400 fiscais para fiscalizar as empresas, porque, no dinheiro da contribuição que é paga na conta da telefonía - é contribuição, porque não é dividida com estados e municípios -, há R\$70.000.000.000,00 para constituir o superávit primário. Não se investe na telefonía. Este é o nosso governo. A prioridade é investir na construção do estádio do Corinthians. Em que interessa à população brasileira construir o estádio do Corinthians, que paga R\$400.000,00 por jogador, por mês? Fazer um empréstimo de R\$40.000.000,00 na CEF e botar na camisa do Corinthians é um absurdo. Esse caixa é para fazer casas para a população pobre. Investir dinheiro em Cuba, nos ditadores africanos. Chega. Ninguém aguenta mais essa política.

Em Minas Gerais as estradas estão péssimas. Está chegando o Carnaval. Perguntem ao deputado Wander Borges, perguntem ao deputado Bonifácio Mourão o que vai acontecer na BR-381. O que vai acontecer?

Associo-me a V. Exa. para criticar duramente este pior governo da história do Brasil, especialmente para Minas Gerais.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, gostaria de ratificar o pronunciamento de V. Exa. e observar algumas questões interessantes. Enquanto o governo federal aplica ou "empresta" - entre aspas, porque quando empresta não recebe mais - R\$700.000.000,00 para se construir porto em Cuba, no Brasil, no ano passado, 2013, aplicou pouco mais de R\$20.000.000,00 em todos os portos brasileiros. Enquanto isso, a soja, por exemplo, que bate recorde de produção de ano em ano, perde no mínimo 30% de seu alcance de exportação porque não há porto apropriado para exportá-la.

Mas não é só isso, deputado Rômulo Viegas. Ao mesmo tempo, o Brasil paga o aluguel de R\$80.000,00 mensais para o embaixador brasileiro em Nova Iorque, que, entre seus ilustres vizinhos, é vizinho, por exemplo, da Madonna. O Brasil paga R\$80.000,00 mensais



de aluguel. E não para aí. A presidenta prometeu, até o ano passado, a construção de 6.500 creches no Brasil, mas não construiu sequer 1.000. A presidenta prometeu mais de 800 aeroportos novos no Brasil, mas não inaugurou nenhum. A presidenta prometeu - e isso vem desde o tempo do Lula - a transposição do Rio São Francisco. Já se foram bilhões e bilhões de reais, e o dinheiro está enterrado.

Com referência às duplicações, como o deputado João Leite acabou de abordar, nós, assim como o deputado Wander Borges e vários outros, somos vítimas, vendo os nossos parentes e amigos morrerem na BR-381 por falta de duplicação. Sem falar no entrave ao desenvolvimento econômico de toda a região.

Há o problema dos apagões, que falaram que não haveria, e já está acontecendo, lamentavelmente; e da dívida pública, cujo projeto a presidente da República enviou para a Câmara, com uma proposta acanhada, tímida para aliviar a situação dos estados, sendo que ela própria, por meio do seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, já travou o andamento desse projeto. Enquanto os estados e municípios estão atravessando uma situação de penúria, acontecendo o que V. Exa. acabou de dizer. A receita é toda concentrada em Brasília; eles querendo cada vez mais dinheiro, o que impede investimentos, e fazem cortesia com o chapéu dos outros. Enquanto fazem uma cortesia para uma grande empresa, os estados e municípios perdem a arrecadação imediatamente.

Então, V. Exa. tem toda a razão: é hora de mudança, e Minas Gerais tem uma bela proposta de mudança.

O deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, líder Mourão. Realmente, precisamos nos unir com os prefeitos e governadores. (- Lê:) “O tamanho do estrago econômico que está se abatendo sobre a Nação brasileira pode ser medido com os preços da energia elétrica da última semana. Na sexta-feira, o custo do MWh de energia, estimado pelo ONS, bateu no surreal valor de R\$1.691,39, quer dizer, 20 vezes mais alto que o custo de três anos atrás nessa mesma época”.

Pois bem, presidente, alerto os prefeitos e os governadores: se esse modelo de distribuição que está aí não mudar, os estados e municípios estarão caminhando para a falência. Aproveitem, comparem os dados oficiais, verifiquem a questão da insegurança pública no âmbito nacional, para depois se posicionarem nas eleições que se aproximam, em junho, e que podem muito bem modificar esse quadro lamentável por que está passando o nosso querido Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Liza Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Quero, neste momento, solidarizar-me com a família do nosso querido amigo, repórter fotográfico, morto pela inconseqüência e violência que nos preocupam em algumas manifestações que deveriam ser pacíficas em nosso país. Fica aqui minha solidariedade à família, à TV Bandeirantes e a todas as pessoas que ficam indignadas com a violência contra profissionais da área de jornalismo, o trabalhador e a trabalhadora que estão levando a informação a toda a população e que têm sido constantemente desrespeitados. E o País ficou ainda mais perplexo ao saber, por meio das últimas notícias, que os rapazes presos por terem acendido o rojão recebiam dinheiro para provocar violência. Quem luta tanto por democracia neste país, nós, que lutamos tanto para que a população possa ir às ruas, de repente percebemos que há pessoas com interesse de provocar baderna, desordem e violência. Manifestação nenhuma que fazemos tem interesse de prejudicar a população. Então, que haja segurança, que haja respeito aos profissionais da imprensa e à população; que todos se manifestem, mas com respeito ao patrimônio público e às pessoas, sem violência.

Quero também comunicar a todos que apresentei um requerimento e peço apoio à Mesa - já o encaminhei ao presidente Dinis Pinheiro, e V. Exa. o representa neste momento - para que seja criada uma comissão temporária especial de monitoramento de qualidade e preços de produtos e serviços durante o evento da Copa do Mundo. Deixa-nos indignados, Maj. Giovanni, ver como os preços sofrem aumento em razão de determinados eventos.

A população, Luzia, como acontece com a nossa, que está acostumada a ir às sedes, ou seja, aos lugares onde acontecerão os jogos, percebe que os preços dos hotéis e restaurantes subiram, assim como os preços dos demais serviços e produtos. Já foi criada uma comissão nacional para tratar disso. Da mesma forma, precisamos criar uma comissão para trabalhar, em conjunto com o Ministério Público, com a Associação das Donas de Casa, com as entidades de defesa do consumidor, com o Procon Assembleia, com a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, o monitoramento dos preços, a fim de combater as possíveis irregularidades e abusos e a má qualidade da prestação de serviços. Presidente, apresentei este requerimento, que foi aprovado. Espero que ele seja acatado pela Mesa.

Convido todos vocês a participarem conosco de uma reunião com o presidente desta Casa, com os deputados da cidade de Uberlândia, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba e com o presidente do sindicato rural, na qual discutiremos a Feira do Agronegócio do Estado de Minas Gerais, que acontecerá de 25 a 28 de março. Muitos produtores poderão ter contato com máquinas agrícolas, insumos, veículos utilitários, inovações tecnológicas e verificar preços e prazos de financiamento. É um avanço para Minas Gerais. Amanhã discutiremos esse tema, Luzia, para que possamos dar nossa colaboração. O presidente do sindicato estará presente, assim como muitos deputados e o presidente Dinis Pinheiro. Espero que o Estado possa colaborar com os produtores, principalmente com os ligados à agricultura familiar.

Concedo aparte à querida deputada Luzia Ferreira.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, deputada Liza Prado. Gostaria de voltar a esse assunto que tem nos mobilizado. Viemos da luta democrática contra a ditadura militar. Eu e V. Exa. iniciamos a nossa trajetória política nas ruas, lutando por liberdade e democracia. Sempre enfrentávamos, principalmente nos momentos mais duros da ditadura militar, as forças policiais, a repressão. Hoje isso parece algo exótico, mas o que defendíamos ali era o direito de votar para presidente, para governador, para prefeito.

A deputada Liza Prado* - O direito de todos participarem das manifestações, sem exclusão.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Defendíamos o direito de manifestação das ideias políticas, o direito de organização de um diretório acadêmico, um DCE, o direito dos sindicatos, a exemplo de sua autonomia. Alguém pode perguntar se isso era proibido. Sim, era. Nós, que tínhamos esse objetivo claro, éramos os primeiros a cuidar para que a manifestação fosse pacífica, ordeira e organizada, para que ninguém se excedesse. Sabíamos que qualquer excesso que nos indispuesse com a população seria um fato



contra a luta que estávamos realizando naquele momento. Queríamos a adesão da sociedade à causa da democracia, portanto tínhamos de fazer uma manifestação que atraísse toda a população.

Quanto a essas legítimas manifestações a que assistimos em 2013, com foco nos gastos da Copa, na mobilidade, nos preços das passagens, creio que quem as organizou e a maioria de seus participantes tinham um objetivo claro. Queriam lutar pela melhoria do transporte coletivo ou pelo barateamento das passagens. Todavia assistimos, em Belo Horizonte e em várias cidades de Minas Gerais, a ações de pessoas que têm uma visão - vamos dizer assim - anarquista da sociedade. Talvez pensem: quanto pior melhor. Talvez não tenham um foco claro. Elas, com certeza, infelizmente contribuíram para afastar as pessoas das manifestações.

Em 2014, no retorno do movimento, havia um número pequeno de pessoas nas manifestações em prol do transporte coletivo. Eram talvez 500, 200, 100 pessoas. Afastaram o conjunto da população dessas manifestações. E mais do que isso: pessoas sem nenhum compromisso, como vimos no recente episódio do assassinato do repórter Santiago, vão para as manifestações exatamente para criar esse tumulto, essa confusão. O que se passa na cabeça de um cidadão ao fazer isso no meio da população? Muitas pessoas que ali passavam nem estavam se manifestando, estavam trabalhando ou se deslocando para suas casas. Acendeu-se um rojão, e já sabiam da letalidade.

A deputada Liza Prado* - Não sabiam da letalidade, mas não foi um ato espontâneo.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Não foi espontâneo, mas matou-se alguém. A pessoa entrou numa loja e comprou o rojão de caso pensado. Quero chamar a atenção para essa questão: isso tem o efeito colateral de indispor a população com as legítimas manifestações sociais e democráticas. E mais, há também uma reação dura, até de quem está no parlamento, de querer agora criar leis que podem parecer, sim, com a antiga Lei de Segurança Nacional.

Para mim é uma surpresa a atitude do senador Paim, do PT, que até admiro muito, por ser um grande lutador pelos trabalhadores e, especialmente, pelos aposentados. Ele está propondo uma lei draconiana. Aliás, podemos fazer um paralelo dela com a antiga Lei de Segurança Nacional, que proibia qualquer tipo de manifestação e punia até com 30 anos de prisão. Acho que temos de coibir isso e aprimorar a legislação, sem criar nenhum impedimento às legítimas manifestações sociais, porque já há os meios de segurança judiciários. A agressão é crime, perturbar a ordem pública é crime, parar serviços sociais também é crime, e quem cobre o rosto para não se identificar é considerado criminoso.

Temos de aprimorar sem ferir o direito do movimento legítimo. Muito obrigada. Muito obrigada pelo aparte. Fica aqui nossa manifestação sobre esses episódios. Esperamos que o povo vá as ruas para cobrar seus direitos, de forma pacífica, democrática, com respeito e com o apoio do poder público.

A deputada Liza Prado* - Com certeza, é isso que desejamos. Eu, como repórter fotográfica, também tenho meu registro de jornalista. Sempre cobrimos eventos. Vejo que os eventos têm possibilidade de ampliar o conhecimento de toda a população. Você pode se informar disso. De repente, um repórter fotográfico que está cumprindo sua função como cinegrafista deixa filhos, pela inconsequência de pessoas que ganhavam para causar o terror, promover desordem e quebra-quebra. Esse tipo de situação mata nossas manifestações democráticas. É muito perigoso termos manifestações com caráter fascista, porque todos têm acesso às manifestações que defendemos.

Que venham os partidos políticos, que venham os sindicatos, que participe a população organizada. Mas percebemos que esses movimentos anarquistas, sem organização e de forma arquitetada, precisam ser reprimidos realmente, principalmente para proteger a população, que tem direito à liberdade e a trabalhar de forma ordeira.

Falando em segurança, estou preocupada com as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, não é, deputado Bosco? Estamos assustados com o número de explosões que estão ocorrendo lá.

Quem se lembra das décadas de 1980, 1990? Não sei, deputado Paulo Guedes, se o senhor se lembra disso, mas sabe por que os bancos lançaram a campanha dos caixas automáticos? Para facilitar a vida do povo, deputado Doutor Wilson. Os bancos passariam a funcionar por 24 horas, e você pagaria uma taxa. Hoje você paga uma taxa cobrada pelos bancos pela operação que utilizar nos caixas automáticos. O que os órgãos de defesa do consumidor têm de fazer é exigir que essa taxa seja reduzida ou que ela não seja cobrada mais, porque nos bancos os caixas eletrônicos não têm dinheiro quando termina o horário comercial.

Para facilitar a vida do povo, o prazo era de 24 horas. Diante dessa situação, tiraram funcionários de bancos. Isso foi uma justificativa para mandar embora muitas pessoas que trabalhavam em banco. Posteriormente, começaram a reduzir os horários. Depois, com a saidinha de bancos, começaram a reduzir o horário de funcionamento. E o que é mais grave é agora reduzirem os horários, com as agências se fechando às 17 horas. Se o horário foi reduzido, essa taxa do consumidor não deveria mais ser cobrada.

Não é mais possível acontecer isso em cidades como Monte Carmelo, Campina Verde, enfim, em cidades pequenas de nossa região. Em Uberlândia, em apenas um dia, três pontos diferentes foram explodidos. E os bancos, setor que mais lucra no País, não querem investir na segurança. Com essas explosões de caixas, perdemos até vidas na cidade de Uberlândia, como foi o caso de um médico, irmão de uma vereadora, que foi atingido. Nosso povo não aguenta mais.

Os caixas eletrônicos foram criados para facilitar a vida do consumidor. Depois, começaram a reduzir os horários. Agora, estão fechando as agências. E o mais grave é que não vejo os órgãos de defesa do consumidor tomarem providência. Espero que o Ministério Público de Defesa do Consumidor faça com que os bancos abram imediatamente os caixas onde ocorreu a explosão e deem opção ao consumidor. Eles demoram muito, deputado Elismar. Em Uberlândia há um caixa eletrônico que foi explodido e, há mais de um ano, o fecharam e colocaram um tapume no lugar. E até hoje o consumidor não foi atendido, ou seja, eles só querem lucro; investem pouco em segurança, que é insuficiente.

Solicitamos ao secretário de Segurança Pública mais câmeras do Olho Vivo para facilitar e melhorar a vida do nosso povo. Por isso é importante que na região metropolitana, no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba esse projeto seja aprovado e saia do papel a fim de facilitar a segurança.

Estamos aqui cobrando e torcendo para que esses bancos parem de enrolar para a abertura das agências bancárias em todo o Estado. Eles têm a obrigação de ser ágeis e eficientes assim como são para cobrar tarifas do consumidor, que são muito abusivas. E o serviço é



de péssima qualidade. Sendo assim, esperamos que os órgãos de defesa do consumidor exijam que os bancos parem de cobrar essa taxa de manutenção dos caixas eletrônicos e que abram imediatamente as agências em que houve a explosão ou deem uma alternativa imediata para os consumidores. Do contrário, o povo começará a colocar o dinheiro debaixo dos colchões. Muito obrigada, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, de forma especial quero cumprimentar todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais. Hoje, lendo os principais jornais do País, uma matéria, deputado Sávio Souza Cruz, me chamou a atenção. Publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, ela traz a notícia de que o principal articulador da campanha do senador Aécio Neves à Presidência da República, pelo PSDB, é um dos réus do processo do mensalão tucano em Minas Gerais. Analisando de perto essa reportagem, podemos constatar que esse sujeito, o Eduardo Guedes, jornalista e publicitário, atua nos bastidores e na etapa inicial da campanha de Aécio e é um de seus conselheiros mais próximos.

As pessoas envolvidas no mensalão em Brasília já foram denunciadas e condenadas, outras foram presas. O ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, hoje presidente, era o mesmo relator dos dois processos. Para aqueles denunciados no mensalão do PT, o processo andou numa velocidade. Ele recusou o direito das pessoas que não tinham foro privilegiado. Todos foram julgados e condenados pelo Supremo. O direito daqueles réus não foi respeitado, mas os réus do mensalão tucano, aqueles que tinham mandato de deputado federal, como o Clésio, estão sendo julgados no Supremo. Os outros voltaram para serem julgados na Justiça mineira de primeira instância. E aqui o processo parou, tudo está prescrevendo, deputado Sávio Souza Cruz. Parou tanto que o Aécio já teve a audácia de escolher o mentor Eduardo Guedes, principal envolvido no desvio de R\$9.000.000,00 do mensalão tucano em Minas, para ser o seu principal assessor de campanha. Isso é muito grave! Isso mostra que o Joaquim Barbosa tem duas caras, age na presidência do Supremo sem nenhuma isenção, deixa clara a sua posição partidária de querer prejudicar o PT e, ao mesmo tempo, passa a mão em todas as falcatruas, acoberta os crimes cometidos pelo PSDB em Minas Gerais e no País.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Cumprimento o deputado Paulo Guedes e esclareço inicialmente que essa figura central do chamado mensalão ou “valerioduto”, Eduardo Guedes, não tem parentesco com V. Exa.

O deputado Paulo Guedes* - Nenhum.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Uma vez, indagado se teria duas caras, o presidente Lincoln respondeu: “Minha filha, se eu tivesse duas caras, você acha que eu usaria esta?”. Eu acho que o ministro Joaquim Barbosa não deve ter duas caras, pela mesma razão que o presidente Lincoln evocou, negando ter esse atributo.

Deputado Paulo Guedes, o assunto mensalão é curioso em Minas Gerais. Ao mesmo tempo que desperta furor jornalístico na imprensa e na base do governo, também causa sensação de silêncio, de proibição de se tocar no assunto. Se existe o mensalão mineiro, o outro é federal, não pode haver mensalão do PT e mensalão mineiro. Ou é mensalão do PT e do PSDB ou é mensalão federal e mensalão mineiro. Hoje está absolutamente demonstrado que o chamado “valerioduto” foi concebido, projetado e teve seus primeiros túneis construídos em Minas pelos tucanos no governo Eduardo Azeredo. Isso sim é vanguarda dos tucanos mineiros. “Valerioduto” é vanguarda tucana.

V. Exa. apontou as diferenças dos julgamentos entre os dois mensalões. Primeiramente o tucano, embora sendo seis anos anterior, ainda não tem nenhum julgado. O do PT, seis anos posterior, já conta com vários julgados e presos na cadeia. V. Exa. aponta outra diferença. Ao apreciar se todos os denunciados deveriam ser julgados ali, no caso do PT, o Supremo decidiu: “Sim, venham todos para cá”. E, no caso do mensalão do PSDB, a decisão foi oposta: “Não, não, não, só virão para cá aqueles que tiverem foro privilegiado.”

A Justiça de Minas vai se encarregar da prescrição do resto. No caso do mensalão do PT, o crime de corrupção passiva foi denunciado, e todos os réus que “apenas receberam” do “valerioduto”, como o ex-presidente da Casa Romeu Queiroz, o deputado Pedro Henry, o deputado João Paulo e vários outros, estão condenados e presos.

No mensalão do PSDB, deputado Paulo Guedes, o Ministério Público, ao apreciar se seriam denunciados aqueles que praticaram corrupção passiva, decidiu no sentido oposto: eles não foram nem denunciados. O ex-governador Aécio Neves cometeu o mesmo crime que levou o deputado Romeu Queiroz à cadeia. Recebeu dinheiro do “valerioduto” - na época, R\$110.000,00. Hoje, atualizando esse valor, obteremos R\$402.000,00. O candidato Pimenta da Veiga cometeu o mesmo crime que levou esses outros à cadeia. Só que, nos dois casos, o entendimento do Judiciário foi oposto. E oposta é a posição da imprensa de Minas, e desta Casa, de uma maneira geral, ao tratar dos dois assuntos. Mensalão do PT é o maior crime da história. Mensalão original do PSDB: silêncio sepulcral. Não se fala nisso. Não se fala que isso é criação dos tucanos de Minas. Esse câncer chamado “valerioduto”, uma forma de desviar dinheiro público usando como intermediária uma agência de publicidade, é criação do PSDB de Minas Gerais no governo Eduardo Azeredo. E essas diferenças no tratamento de um e de outro caso é que levam a um lamentável descrédito na Justiça. Parabéns, deputado.

O deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, deputado Sávio Souza Cruz. A sua fala foi muito esclarecedora e completou o que eu já havia exposto aqui.

Apenas fazendo uma comparação entre os dois casos, o deputado João Paulo Cunha foi o primeiro condenado do mensalão porque a Câmara dos Deputados tinha um contrato de publicidade com a empresa de Marcos Valério, mas Joaquim Barbosa esqueceu-se de denunciar quem fez o contrato com ele - não foi o João Paulo Cunha. O contrato da empresa de Marcos Valério com a Câmara dos Deputados foi feito na época em que Aécio Neves era o presidente da Câmara. O João Paulo Cunha já falou sobre isso em uma revista e mostrou todos os documentos. Ele não tem nenhuma ligação com o contrato da Câmara dos Deputados com a empresa de Marcos Valério. Como já disse, tudo foi feito na época em que Aécio era presidente da Câmara dos Deputados. Porém, tudo isso foi escondido pelo Joaquim Barbosa, que tenta a todo custo, com sua tirania, promover-se com a ajuda de parte da imprensa golpista deste país; usa o Supremo para fazer palanque eleitoral; cada dia envergonha a Justiça com decisões absurdas; e não respeita sequer seus colegas.

Então, quero aqui fazer esta cobrança: queremos saber por que há essa diferença na forma de julgar processos totalmente semelhantes. Por que um processo andou tão rápido, na velocidade em que andou, enquanto o outro, que é o do mensalão tucano, que aconteceu seis anos antes do mensalão do PT, até hoje não foi julgado? Só começou a andar agora, que já está na iminência de prescrever. Só depois que foi trocado o procurador de justiça - parece que havia um conchavo entre o procurador-geral de justiça



anterior e o Joaquim Barbosa -, é que o Janot emitiu seu parecer pedindo 22 anos de prisão para o ex-governador e atual deputado federal Eduardo Azeredo. É o primeiro caso. Esperamos e queremos ver como vai se comportar o Joaquim Barbosa nessa questão.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Gostaria de agradecer o aparte e parabenizá-lo pelo seu discurso. Por outro lado, quero lamentar, porque discutimos aqui tudo fartamente. Discutir o maior julgamento de corrupção da história do governo do Brasil nos últimos 12 anos vale a pena. Mas vale a pena também nos aprofundarmos mais na discussão de fatos importantíssimos que estão acontecendo hoje no Brasil, diante de tantas cenas que entristecem os brasileiros. Não é só essa cena de corrupção, como V. Exa. está trazendo ao Plenário, há outras cenas com que os dirigentes do Brasil deveriam estar preocupados. Por exemplo, a cena da Copa do Mundo, que é um risco para o Brasil. Estamos gastando o dobro do que os outros países gastaram na Copa do Mundo. Nosso país está gastando 33 bilhões para trazer esse evento ao Brasil. Há um desperdício, há ameaça à infraestrutura do País, que já é caótica. Isso diante das mazelas do SUS. Hoje pacientes morrem enfrentando filas nos hospitais. Por que aqui não aprofundamos discussões...

O deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado pelo seu aparte. Tenho só 2 minutos e preciso concluir.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Gostaria que o senhor também falasse das cenas tristes que o Brasil hoje vive e que o governo brasileiro infelizmente acompanha...

O deputado Paulo Guedes* - Já compreendi. Ouvi seu aparte e preciso encerrar. Sr. Presidente...

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Gostaria só que trouxéssemos para a tribuna discussões a respeito dos desperdícios que ocorrem hoje na esfera federal. São obras inacabadas, obras que começaram e que são de chorar...

O deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, deputado. Preciso concluir. Já entendi.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Temos muitas preocupações para trazer a este Plenário.

O deputado Paulo Guedes* - O seu tempo acabou, preciso concluir.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Essas cenas...

O deputado Paulo Guedes* - Quero discordar, porque a Copa do Mundo é um evento disputado por países do mundo inteiro. V. Exa. faz um desserviço ao criticar o Brasil por realizar a Copa do Mundo, ao criticar o Brasil por realizar as Olimpíadas. Esses eventos são disputados mundialmente, todos os países gastam milhões com infraestrutura, para terem a oportunidade de realizar uma Olimpíada e uma Copa do Mundo. Agora o PSDB vem com esse discurso de ser contra a Copa do Mundo, de ser contra as Olimpíadas, de ser contra que o Brasil realize dois eventos disputadíssimos por qualquer país. Qualquer país sonha em sediar as Olimpíadas e a Copa do Mundo. O PSDB, que não tem discurso, que ficou neste país oito anos no poder, que quebrou o País, que gerou desemprego, fome e miséria, agora está sem discurso. Ele ficou contra tudo. Está apoiando manifestações violentas, está apoiando que os médicos abandonem o Mais Médicos, está apoiando agora as manifestações contra a Copa do Mundo e contra as Olimpíadas. Acho que vocês perderam o rumo. Estão precisando mudar o discurso. Acho que a Copa do Mundo será um grande evento, será a copa das copas e mostrará a potencialidade deste país, que despertou nos últimos 10 anos e hoje é a 6ª maior economia do mundo, é respeitado mundialmente. Esse país gerou 22 milhões de empregos com carteira assinada nos últimos anos e mudou a qualidade de vida dos brasileiros. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ao final do pronunciamento, irei tratar de uma questão tópica sobre o Porto de Mariel. Vou deixá-la para o final, porque trouxe um tema do qual gostaria de fazer uma abordagem mais estruturante.

Este ano, de fato, muitos episódios relacionados à violência têm chocado a sociedade mineira e brasileira. Aqui mesmo, nesta Casa, convivemos com o servidor Alexandre, que faleceu; na Câmara de Belo Horizonte, um funcionário foi brutalmente assassinado. Nesses últimos dias, ocorreram muitos acidentes de trânsito fatais decorrentes de embriaguez. No futebol, o Cruzeiro sequer teve oportunidade de fazer uma comemoração à altura de seu título, em razão das brigas entre torcidas organizadas. Agora, recentemente, ocorreu a ocupação do CT do Corinthians. Há também as disputas duras entre militantes que querem a terra para plantar e os quilombolas e indígenas. Desde o ano passado, estão ocorrendo as manifestações de rua. Defendo-as democraticamente, mas infelizmente elas estão sendo também objeto de ações que trazem insegurança para quem quer participar delas democraticamente. E, agora, mais recentemente, ocorreu o episódio da morte de um cinegrafista, um profissional da imprensa, que tem a missão de informar a população sobre essas manifestações. E por que eu gostaria de abordar este assunto desta tribuna? Porque muitas vezes considero que o enfoque dado a essas importantes questões é tópico.

No Legislativo, busca-se agilizar determinadas propostas que estão com uma tramitação lenta. Geralmente, se o ocorrido é numa região específica, na semana seguinte, aumenta-se o policiamento. Se o fato é decorrente de embriaguez, ampliam-se, nos dias seguintes, as chamadas *blitze*. Na política, há um jogo de empurra: quem é do governo estadual quer atribuir a responsabilidade ao federal; quem defende o governo federal atribui tudo ao estadual. E o município, do ponto de vista local, fica sem nenhuma ação mais consistente. Há um nível deliberado de omissão e desresponsabilização, porque ninguém, nenhum poder público, nenhum partido político quer se associar a uma temática de difícil resolução.

Assumir a inauguração de uma obra, anunciar um programa novo, cortar uma fita vermelha para um posto de saúde, para um asfaltamento, para uma praça é muito bom, assim como banda de música, foguetes e faixas agradecendo, mas colocar o desafio de enfrentar, com resultados, a questão da segurança das pessoas e das famílias pode significar uma meta não atingida, um fracasso político-eleitoral. A questão é muito mais profunda.

O Brasil, nos últimos anos - e os indicadores mostram isso -, tem propiciado melhora de vida material das pessoas. Os governos Lula e Dilma, nessa construção federativa com os estados e municípios, pois ninguém faz tudo sozinho, têm conquistado avanços. Quarenta milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema, os jovens estão tendo mais acesso às universidades e aos institutos tecnológicos, os programas de fortalecimento da agricultura familiar se ampliaram, as pessoas estão se alimentando melhor e consumindo mais, o padrão de consumo e de conforto melhorou e aumentou. Agora, por que não conseguimos, proporcionalmente, diminuir o nível de violência na sociedade?



Queria fazer esse debate num outro plano. O problema não é simplesmente haver mais ou menos polícia, ficar 30 ou 40 anos na prisão. Trata-se de um conjunto de ações, de medidas, de políticas públicas e de difusão de valores relacionados a uma cultura da paz. Hoje essa violência manifestada pela sociedade perpassa todas as classes sociais. Matar no trânsito, matar em troca de um celular, matar por causa de um fracasso afetivo tornaram-se atos banais. Por que isso está ocorrendo?

Acho que passou da hora de uma compreensão mais refinada, vinculada a esse estágio civilizatório que estamos vivendo. Aí temos de discutir a política pública de educação, entrar na questão da juventude, por que os jovens estão abrindo mão, neste momento, de determinadas oportunidades, por que os avanços materiais não significaram proporcionalmente uma sociedade mais pacificada, por que as manifestações de descontentamento com o partido A, B, com todos os partidos ou com toda a política estão encontrando mais eco nas ações de confronto direto, na depredação e nas agregações do que em processos políticos participativos mais institucionalizados. Temos de discutir ainda como enfrentar de fato a questão das drogas, que passa necessariamente pela melhora do tratamento, além da prevenção; como de fato agilizar o funcionamento do Judiciário, a retaguarda prisional e penitenciária. Não adianta ampliar o contingente de possíveis condenados se, efetivamente, isso não ocorrer.

Tivemos casos recentes em que as pessoas estavam fora do cumprimento das medidas, por morosidade. Não adianta simplesmente endurecer as penas se o Judiciário não melhorar. Não adianta melhorar o Judiciário se não houver local para cumprir as penas. Como também não adianta ampliar momentaneamente o policiamento, ou criminalizar de maneira indiscriminada todas as manifestações. Queria levantar esses pontos, pois me preocupam aquelas respostas pirotécnicas, pontuais, que parecem ser para dar uma resposta a um clamor da sociedade, que é justificado, porque, de fato, são situações que nos incomodam, indignam e nos emocionam como seres humanos. Mas como tratar desse assunto em uma visão mais global, mais estrutural, sem resvalar para a transferência de responsabilidades partidárias ou de níveis de governo? Como promover uma cultura da paz sem a violência, por menor que seja, um xingamento ou uma buzina no trânsito, que é uma violência sonora cometida?

Quero deixar essa reflexão: como construir uma cultura da paz? Como responsabilizar coletivamente os governos? Como pensar em um conjunto de políticas públicas que contribua para isso? Não adianta aumentar o policiamento se o sistema de saúde não trata do usuário. Não adianta ampliar vaga na escola se esta não trata, em seus conteúdos, da construção da cultura da paz. Há a questão do consumo exagerado, das relações egoístas, individualistas. Muitas vezes a grande mídia emociona a todos com cenas de violência cometidas contra terceiros, mas comete uma violência subliminar nos conteúdos veiculados em suas programações, em prol do retorno que o *marketing* proporciona.

Não adianta ficarmos discutindo A, B, Copa do Mundo e Black Blocs, como se os problemas fossem só esses. Tem de haver penalização sim, tudo bem. Mas hoje é isso, amanhã é o bêbado, depois de amanhã é o traficante, e a polícia montando *blitze*, um dia aqui, outro dia ali, ficando uma semana ali, ocupando um morro aqui. Mas e a violência cometida contra o jovem que evade da escola? E a violência racial? E a violência contra o trabalhador? Repito, há um distanciamento deliberado entre partidos e governos indistintamente e uma temática de resolução completa. Todo mundo quer assumir uma bandeira que resolve ali na esquina. Esse é um problema que considero grave.

Ouvi aqui algumas questões relacionadas ao Porto de Mariel, em Cuba. Sinceramente, até por respeito à inteligência dos colegas que se pronunciaram - são deputados muito inteligentes -, trata-se de uma retórica dirigida aos desinformados. Quem lê um pouquinho, quem exerce mandato, sabe que foi um financiamento do BNDES. Não foi um fundo perdido, foi uma obra de 1 bilhão que financiou 697 milhões.

Sabe também que o contrato previu a compra do serviço, de R\$850.000.000,00, aqui no Brasil; que gerou 156 mil empregos; que vai gerar condições favoráveis ao comércio externo para o País; e que se trata de uma estratégia do governo para segurar o nível de emprego interno e aumentar a renda interna pela ampliação da nossa participação na economia mundial. Então, vamos fazer o debate em um nível mais elevado, até porque o uso de clichês não ajuda o próprio debate político nesta Casa. Então, vamos discutir a economia brasileira e a inserção do Brasil na economia internacional, pois, como todos sabem, o porto de Mariel foi bom para Cuba e ainda melhor para o nosso país, principalmente para aqueles 156 mil trabalhadores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* - Gostaria de abordar um assunto que foi fruto de uma reunião importante que fizemos em Montes Claros com a participação de nada mais nada menos do que umas 15 entidades ligadas à segurança pública, que discutiram a escalada da violência na cidade. Estiveram presentes o prefeito Ruy Muniz; a Polícia Militar, representada pelo Cel. César; a Polícia Civil, pelo Dr. Rogério; a Polícia Federal, pelo Dr. Marcelo; a Polícia Rodoviária Federal; a Polícia Rodoviária Estadual; o Corpo de Bombeiros; a Secretaria Municipal de Defesa Social, representada pelo Cel. Franklin; e representantes do Exército, do sistema prisional, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da guarda municipal, da Associação Comercial e Industrial, da Câmara de Dirigentes Lojistas, do sindicato rural, do clube de serviços e da maçonaria, além de deputados e vereadores.

Hoje, queremos dar conhecimento a todos da pauta discutida nessa reunião, ressaltando que na próxima reunião da Comissão de Segurança Pública transformaremos cada um desses itens em um requerimento a ser encaminhado ao governo do Estado, ao ministro da Justiça e à presidenta da República. Assim, gostaria de citar rapidamente esses temas. O primeiro foi a aplicação da taxa de incêndio, cuja criação foi votada por esta Casa quando o deputado Sávio era secretário de Governo do ex-governador Itamar Franco. Essa taxa é importante porque mantém o Corpo de Bombeiros em funcionamento, com a aquisição de equipamentos. Mas a taxa de incêndio arrecadada em Montes Claros, no Norte de Minas, não está sendo aplicada na cidade. Então, queremos que se faça um levantamento do que foi arrecadado em Montes Claros e que esse valor seja usado para equipar o nosso Corpo de Bombeiros.

O segundo diz respeito ao 7º Batalhão de Bombeiros Militares do Norte de Minas, que ocupa quase 1/5 da área territorial de Minas, indo desde o limite com a Bahia até Sete Lagoas e Diamantina. Mas o nosso Corpo de Bombeiros está com uma sede criada há 65 anos, onde não cabe nada: um caminhão, uma escada, nada. Então, queremos a construção do prédio do 7º Batalhão.



O terceiro é a escada de alto porte. Há algum tempo a Sudene destinou ao Corpo de Bombeiros de Montes Claros uma escada Magirus, para o combate vertical a incêndios. Mas, como ela não cabia no Corpo de Bombeiros de Montes Claros, a escada, que, cedida pela Sudene, só poderia ser utilizada na área mineira da Sudene, foi enviada para Uberlândia, onde ficou por todo esse tempo.

A instalação da delegacia regional no Alto Rio Pardo. São inúmeros municípios, mais de 30, que não têm delegacia regional, e não houve criação do pelotão do Corpo de Bombeiros também no Alto Rio Pardo. Então, pede-se também a criação de um pelotão do Corpo de Bombeiros naquela região. Pede-se a criação do Posto de Perícia Integrada - PPI. Os técnicos que vão fazer análises, pesquisas e investigações não contam com um PPI. Também a criação do espaço da banca de habilitação de Montes Claros, que serve a toda a região, e não tem um espaço na cidade. Construção da sede da polícia civil. A Polícia Civil de Montes Claros é uma vergonha. Ela se situa às margens de um córrego, e, quando Deus tem pena da gente e manda chuva, fica inundado o posto, a delegacia regional. Então, queremos a construção da delegacia regional de Montes Claros. A reforma dos postos policiais das entradas e saídas de Montes Claros. Essa é uma medida fundamental para levarmos segurança à região. Ninguém sabe o que entra, ninguém sabe o que sai de Montes Claros. É a principal rota de narcotráfico que temos, que leva drogas para todo o Nordeste e passa, infelizmente, pela cidade de Montes Claros. Também o presídio feminino. É preciso criar o presídio feminino. É uma vergonha não haver ali lugar onde abrigar as detentas para cumprirem suas penas. A ampliação do presídio regional, que foi construído para 520 detentos. Hoje há 1.070 detentos em Montes Claros. A frota do sistema prisional, não a temos. O aumento do número de agentes penitenciários. Eles estão trabalhando dobrando turnos para dar assistência ao presídio. A implantação do Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA; é preciso haver esse centro. Trata-se de um centro de acolhimento aos adolescentes viciados em drogas, um problema sério em todo o País. Hoje se consegue chegar até as pessoas que fazem uso de drogas ilícitas, quimiodependentes, e não há como abrigar esses dependentes, não há como atendê-los. Hoje, no Norte de Minas, só há Defensoria Pública em Montes Claros. Nós não a temos em cidades grandes. Francisco Sá tem um dos maiores presídios do Estado, do País, e não tem a Defensoria Pública. E finalmente a criação de um outro presídio no Norte de Minas. A cidade de Janaúba já se prontificou.

Então, por dever de consciência, gostaria de fazer hoje este pronunciamento muito rapidamente - meu tempo está se encerrando e ouviremos mais dois deputados - para dizer que vamos levar esse pleito, que é do povo de Montes Claros, da sociedade de Montes Claros, ao governador do Estado e à presidenta.

Deixo este desabafo. Na verdade, temos ouvido falar, desta tribuna, na insegurança que reina hoje em nosso país, estando a população alarmada com o que anda acontecendo. Os bandidos estão tomando conta. Hoje se matam pessoas, pais de família, a troco de nada, e nós sabemos perfeitamente que isso tem repercutido violentamente em nossa casa, com nossos filhos. Eu assisti hoje a uma reportagem em que, numa cidade pacata, a população não sai às ruas depois das 19 horas. As praças ficam tomadas por traficantes.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o comitê integrado de Montes Claros, as pessoas que dele fazem parte. Estamos fazendo um esforço sobre-humano. Em Montes Claros diminuiu-se o número de ocorrências, mas tem aumentado o número de crimes violentos.

Em Montes Claros, se entra um jovem de capacete numa farmácia ou num posto de gasolina, o povo sai correndo. Acham que já vai matar, assaltar, fazer reféns. É uma cidade diferente das outras. Somos passagem para o Nordeste. Todo o mundo sabe que as BRs que cortam o Norte de Minas, a BR-365 e a BR-251, são rotas do tráfico de drogas.

As rotas passam pela BR-251, onde circulam milhares e milhares de carros por dia, e as coisas estão acontecendo. É preciso dar um basta. A sociedade de Montes Claros está reagindo, e essa reunião foi o clássico e o mais importante exemplo da reação da sociedade contra a violência e a insegurança que hoje reinam em nossa Montes Claros. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/2/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

exonerando, a partir de 17/2/2014, Elisângela Rosa de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Lusmarina de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ulysses Gomes

exonerando Ana Flávia de Souza Lima do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;

exonerando Rogério Alves de Azevedo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Mariana Jorge de Sousa Cosmo Pinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Verônica Alves da Cruz Silveira para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Reginaldo Luiz Nunes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;



nomeando Cristiano Machado do Carmo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Reginaldo Luiz Nunes para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6/2/2014, a servidora Gláucia Machado Costa Porto, inscrita no CPF sob o nº 506.603.306-87, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-48, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 17/2/2014, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.473, de 21/12/09, e 2.540, de 1º/8/2012, assinou o seguinte ato:

dispensando, a partir de 1º/2/2014, Adriana Cláudia Teixeira de Souza da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/4/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - Assprom. Objeto: prestação de serviços de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: realinhamento de preços decorrente do aumento do salário mínimo vigente para o ano de 2014. Vigência: a partir de 1º/1/2014, com termo final previsto no contrato original (CTO/99/2011). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/16/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 2/6/2014 a 1º/6/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.